

**Palavras-chave:** Património; Urbanismo Colonial; Modernismo; Cidades Históricas; Brasil.

**Key words:** Heritage; Colonial Urbanism; Modernism; Historic cities; Brasil

## ABSTRACT

*The goal of this paper is to consider all Brazilian cities classified by Unesco as World Heritage as a possible way of talking about Brazil's urban heritage and to reclaim its identity. The set of Brazilian World Heritage cities comprises several types of urban foundations in the history of Brazil: cities founded by captain-donors such as Olinda, mining camps such as Ouro Preto, Diamantina and Goiás, and cities founded by the crown such as Salvador and São Luiz. In a meta-historical extension of the concept, Brasilia could also be part of this group as a city of power. The international recognition of Brazil's "historical" cities was significant for the recognition of Brazilian urban identity. Nevertheless, their application for classification could not have been achieved without the work developed by the founding generation of IPHAN.*

## RESUMO

Objectivo da conferência, que redundou no artigo aqui publicado, era tomar o conjunto das cidades brasileiras classificadas pela UNESCO Património da Humanidade como um percurso possível para falar sobre a herança urbana do Brasil e reivindicar a sua identidade. O conjunto das cidades classificadas é uma amostragem representativa de vários tipos de fundação urbana da história do Brasil: desde as vilas dos capitães-donatários, como é o caso de Olinda, ou os arraiais de mineração, como são Ouro Preto, Diamantina e Goiás ou as fundações da coroa, como são os exemplos de Salvador e São Luiz e onde, numa linha meta-histórica também se poderia incluir Brasília, como outra cidade do poder. Mas se é inquestionável que este reconhecimento internacional das cidades "históricas" brasileiras foi significativo para o próprio reconhecimento da identidade urbana do Brasil, a verdade é que as candidaturas não teriam sido possíveis sem o trabalho anterior desenvolvido pela geração fundadora do IPHAN.

## CIDADES BRASILEIRAS PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE: a reivindicação da herança urbana do Brasil

Renata Malcher de Araujo\*

Entre os sítios urbanos declarados pela UNESCO “Património da Humanidade”, encontram-se, no Brasil: a cidade histórica de Ouro Preto (1980), o centro histórico de Olinda (1982), as ruínas jesuíticas-guarani de São Miguel das Missões (1983), o centro histórico de Salvador (1985), o Plano Piloto de Brasília (1987), o centro histórico de São Luís do Maranhão (1997), o centro histórico da cidade de Diamantina (1999) e o centro histórico da cidade de Goiás (2001).

Constam ainda da lista da UNESCO o conjunto monumental do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (1985) e as paisagens protegidas do Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu (1986); O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (1991); Mata Atlântica – Reservas do Sudeste (1999) e Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica (1999); o Parque Nacional do Jaú (2000); o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (2000); Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (2001) e as Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001).

Estes são os que foram até hoje classificados e há uma série de candidaturas<sup>1</sup>. É interessante ver a paridade entre as áreas urbanas e as reservas naturais que estão reconhecidas, e é interessante também ver que, nos últimos anos, a UNESCO tem preferido salvaguardar as paisagens no Brasil em detrimento das cidades. Não é esse o assunto que vamos tratar aqui, mas cabe como reflexão.

De todos os modos, e no que diz respeito às cidades classificadas, trata-se de uma lista considerável e significativa, em vários aspectos. O Brasil aderiu à con-

---

\* Professora Auxiliar, Universidade do Algarve, Portugal

1 Em 2000 estavam como candidatas: Parati, Petrópolis, O Mosteiro de S. Bento e o Palácio Capanema no Rio de Janeiro, o conjunto da Igreja e Convento de S. António em João Pessoa, Tiradentes e Serro, em Minas, Igarassu em Pernambuco, Alcântara no Maranhão e S. Cristóvão, em Sergipe.

venção do Património Mundial em Setembro de 1977 e em 1980 tinha já Ouro Preto reconhecida tendo se seguido, nos dez primeiros anos, e em intervalos de cerca de dois anos, as classificações de Olinda, S. Miguel das Missões, Salvador e, significativamente, Brasília. Este primeiro grupo de cidades brasileiras classificadas tem, logo à partida, importantes dados a considerar. Note-se que o conjunto das quatro primeiras cobre literalmente o Brasil de Norte à Sul, e inclui exemplos de fundações dos séculos XVI (Olinda e Salvador), XVII (S. Miguel das Missões) e XVIII (Ouro Preto). A seguir a este conjunto de cidades que tão coerentemente apresentavam o quadro do passado urbano do Brasil obtém-se a classificação de Brasília, que tinha sido fundada cerca de 30 anos antes e que vinha a ser uma das primeiras, senão a primeira cidade contemporânea classificada como Património da Humanidade. Facto ainda mais marcante uma vez que o mesmo plano-piloto de Brasília só foi “tombado” pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN) em 1990.

Depois de Brasília, só dez anos depois outras “cidades históricas” brasileiras viriam a ser classificadas pela UNESCO incluindo desta vez, São Luís, fundada no século XVII, e outros dois exemplos das áreas centrais de mineração, Diamantina e Goiás, fundadas ambas no século XVIII. Os intervalos entre estes dois grupos de classificações denunciam tempos e entendimentos diferentes, quer nos interesses do Brasil relativamente às suas cidades candidatas à classificação de Património da Humanidade, quer nos critérios da UNESCO, para a aceitação das candidaturas. Essa eventual variação de critérios de ambos os lados não é o ponto central a ser tratado aqui. No entanto, importa-nos ressaltar que, em certa medida, este reconhecimento internacional das cidades “históricas” brasileiras foi, entre outros aspectos, importante não só para a consciência histórica de uma nação recente como o Brasil, assim como e, sobretudo, para o próprio reconhecimento da identidade urbana do Brasil. Ainda que se tenham que considerar seriamente os efeitos nefastos do turismo, que vem quase que inevitavelmente associados ao estatuto de cidade património mundial, a verdade é que todos os processos de candidatura e consequente classificação provocaram efectivamente uma espécie de “redescoberta” do passado urbano do Brasil, tanto fora como dentro do país.

Dois aspectos importantes devem ser tidos em conta para melhor avaliar essa conjuntura. Por um lado, há que considerar a enorme perda, concreta, de edificações antigas, que as transformações desenfreadas dos grandes centros urbanos do Brasil provocavam, cuja pior fase, ou pelo menos onde a curva de

destruição se acentua, são precisamente os anos 70-80, sem grande desaceleração nos anos 90. Neste sentido, este reconhecimento internacional é uma espécie de reencontro de um elo perdido com o passado, que o presente teimava em destruir. Por outro lado, este processo de salvaguarda e reconhecimento das cidades “históricas”, redonda também numa revisão de velhos mitos historiográficos que pensavam um Brasil colonial de base estritamente rural onde as cidades não tinham importância. Diante das evidências, o país se vê obrigado a reencontrar, já desde o período colonial, vários dos valores da cultura urbana brasileira, desde a arquitectura e a arte até aos rituais e festas e tem de admitir que as cidades são, acima de tudo, um dos grandes patrimónios da cultura brasileira.

Mas o “reconhecimento” internacional não é efectivamente o começo deste processo. Na verdade, as próprias candidaturas não teriam sido possíveis sem o trabalho anterior desenvolvido pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. Mas mais do que isso, o processo em que o papel do IPHAN é fundamental é precisamente o da tomada de consciência e do verdadeiro “reencontro” destas cidades. E aqui é imperioso falar da geração de fundadores do IPHAN.

A grande reivindicação da memória e do passado do Brasil foi feita pela mesma geração que assumiu a vanguarda da modernidade. Os três pilares do IPHAN foram Rodrigo de Melo Franco e Mário de Andrade, figuras centrais do modernismo brasileiro, e Lúcio Costa, um dos criadores de Brasília. Estes homens, absolutamente comprometidos com a contemporaneidade, foram também os que souberam entender que o futuro do Brasil passava pela consciência identitária do seu passado. Embora a situação pareça anacrónica, terá sido precisamente essa condição de modernos que lhes permitiu olhar para trás e enfrentar de maneira desassombrada a problemática questão do passado colonial. A genial formulação do manifesto antropofágico – *Tupi, or not tupi that is the question* – resume o paradoxo da busca identitária da jovem nação, que precisava, como sugeriam os modernistas, “deglutir” a sua história num canibalismo simbólico.

Em 1922, precisamente quando se comemorava o centenário da Independência, o Brasil se recolocava com alguma acuidade a questão da sua identidade. Cem anos depois da Independência, e depois de finda a monarquia, a nova geração queria saber quem era, não só no sentido da sua identificação com o passado mas também com o presente. E a manifestação por excelência deste questionamento/afirmação foi a Semana de Arte Moderna de 1922, (11-18 de Fevereiro) que não podia ser senão em São Paulo. São Paulo era o centro econó-

mico do Brasil e o local da elite intelectual mais progressista. Era também o centro efectivamente cosmopolita do Brasil, tendo recebido os imigrantes italianos para a cultura do café, depois o surto de industrialização, era o *melting pot* ainda mais amplo que o da colonização e verdadeiramente fervilhante. E 22 foi o ano da implosão/explosão, em São Paulo, da enorme receptividade e questionamento do que representavam todas as modificações que se vinham dando na cultura europeia e mundial nos primeiros anos do século XX: as vanguardas artísticas, os movimentos políticos, as correntes filosóficas, o intercâmbio efectivo, o contacto directo com a ida dos rapazes paulistas para a Europa e a vinda de artistas e poetas, como Blaise Cendrars, para o Brasil, etc..

Neste turbilhão, que deliberadamente apontava para o futuro, os jovens modernistas ousam questionar a visão historiográfica que o Brasil tinha de si próprio. A base identitária de praticamente toda a historiografia brasileira do século XIX se tinha sustentado sobre uma espécie de contradição, que via o Brasil como entidade política emancipada de Portugal mas que mantinha uma relação de continuidade cultural com a ex-metrópole e em vários aspectos submetida aos mesmos padrões hierárquicos. Do ponto de vista da história da cultura, por exemplo, a visão que vigorava era que o grande marco de emancipação cultural do Brasil tinha sido a chegada da missão francesa, patrocinada por D. João VI. A transferência da corte e os artistas franceses tinham colocado o Brasil no mundo da cultura. Antes disso o Brasil era “rústico”, e rústica era toda a produção antes realizada na colónia.

A visão modernista precisava romper este paradigma, precisava de outra base de análise e vai encontrá-la numa lógica social, marcando a diferença por uma nova síntese. O dado fundamental era assumir o brasileiro como diferente do português, em si como povo, e precisamente como cultura. Mas é preciso notar que o modernismo, de maneira nenhuma nega o passado colonial, ao contrário, incorpora-o à essência do Brasil, tendo a consciência de que o país resultara do processo colonial e não poderia pensar-se de outra maneira. É interessante notar que a base da identificação não foi feita sobre qualquer valor anterior à colonização, como os mexicanos ou peruanos, que podiam invocar o passado civilizacional dos astecas ou dos incas. Um dos dados essenciais da consciência moderna da identidade brasileira é ter claramente entendido que o Brasil nasce efectivamente do processo colonizador.

Mas essa consciência não era certamente fácil de ser assumida em termos ideológicos. Assim que a única vingança “antropofágica” que se podia

fazer para re-enquadrar a colonização, abolindo qualquer sentido de dependência hierárquica e cultural, era precisamente assumindo-a como um todo, ou seja, alegando que o Brasil era já Brasil, como cultura, mesmo antes de ser Brasil como entidade política, pois se a autonomia só foi alcançada com a Independência, a identidade já existia há 300 anos, começada a construir desde a chegada de Cabral. Daí que era preciso procurar o Brasil no próprio Brasil.

E aqui cabe ver o importantíssimo papel de todos os intelectuais do movimento moderno e em especial o de Mário de Andrade. Mário de Andrade era um obcecado com a “brasilidade”, queria encontrar o Brasil autêntico, o que verdadeiramente identificava o país. E assume este processo como uma genuína descoberta do Brasil, renovando deliberadamente o próprio sentido desta palavra, tão cara (e dúbia) para a nação. Todo o grupo de algum modo participa deste processo, mas ele ainda mais, porque se empenha em efectivas viagens de descobrimento. São famosos os seus passeios para o interior; fotografando tudo o que podia, recolhendo relatos de música e folclore. É famosa em especial a dita *Viagem de Descoberta do Brasil*, realizada em 1924 em que Mário de Andrade leva o grupo modernista para Minas Gerais. É a este movimento que cabe creditar, em boa parte, a valorização do barroco mineiro, a identificação de Aleijadinho e o reconhecimento da sua arte mestiça (com a total superação dos valores académicos franceses), assim como da tradição das músicas e festas herdadas do barroco, propondo no fundo uma visão renovada do próprio barroco brasileiro.

O entusiasmo destes anos é fundamental, assim como é fundamental também a associação a uma espécie de “reserva cultural” que se projectava sobretudo para o Brasil do interior. Para o interior de São Paulo, para onde Mário Andrade viajava todos os fins de semana, para aquelas vilas de Minas Gerais que se tinham mantido isoladas, e para todo o interior do Brasil que, em contraste com o litoral onde estavam os grandes centros urbanos, surgia como um país desconhecido ao próprio país.

As vilas do interior são então assumidas como centros inatos de preservação dos valores brasileiros – tanto no que dizia respeito às tradições culturais (festas, músicas, etc.) como em termos de arte popular (artesanato) e arquitectura. Assim, desde o início, o interesse na preservação destes conjuntos, não pensava apenas em preservar o sítio, mas a cidade enquanto base da cultura – e isso se fez muitos anos antes das directivas para o “património imaterial” que já estavam implícitas na visão modernista.

A despeito da conjuntura política mais fechada dos anos 30, foi precisamente esta intelectualidade ligada ao modernismo que esteve na base da criação, em 1937<sup>2</sup>, do então Serviço, hoje Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se fez tendo como base um anteprojecto de Mário de Andrade (1936), retrabalhado por Rodrigo de Melo Franco, que viria a ser o primeiro director do órgão, que é pioneiro na América Latina.

A esta íncita geração, o Brasil deve portanto o futuro e o passado. Do ponto de vista patrimonial, em vários aspectos a sua posição é efectivamente de vanguarda. Antes da maioria, pugnavam não pela monumentalização, mas pela amplitude da visão do património, conjugando arte erudita e arte popular, procurando entender os conjuntos e as suas relações intrínsecas. Enquanto para os estudos de folclore o papel de Mário de Andrade é crucial, para as questões ligadas à arquitectura e ao urbanismo, Rodrigo de Melo Franco e Lúcio Costa são fundamentais. É interessante ver, nos seus depoimentos, que o processo é mesmo uma espécie de redescoberta, de reencontro da matriz das cidades brasileiras. Neste, como noutros aspectos, a região das Minas Gerais surge como o manancial onde se vão buscar os dados que conectam a história do Brasil e não é à toa que Ouro Preto, Diamantina e outras cidades mineiras detenham um papel central neste questionamento.

Mas ao mesmo tempo que se faz esta identificação basilar da cultura brasileira com estas “vilas do interior”, a mesma geração de intelectuais também está produzindo um outro discurso aparentemente contraditório sobre o passado urbano do Brasil. Neste contexto, há que referir a algumas obras da moderna historiografia do Brasil. Uma é um ensaio intitulado *Retrato do Brasil*, de 1928, de Paulo Prado (também um dos nomes fundamentais do modernismo e agitador da semana, sendo ao mesmo tempo um dos nomes da grande oligarquia paulista do café); outro o famosíssimo *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* de Gilberto Freyre, publicado em 1933, e do mesmo ano a obra de Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil*, a que se seguiria, em 1942, o também famoso *Formação do Brasil Contemporâneo* e o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, intitulado *Raízes do Brasil*, editado em 1936.

Estes títulos formam a base da moderna historiografia brasileira. Note-se que, em todos, a assunção da busca da identidade é denunciada logo no

---

2 Lembremos que, precisamente em 1937, Getúlio Vargas dá um golpe de estado (10 de Novembro) e instala uma ditadura, intitulada “Estado Novo”, em denominação inspirada no regime português. Getúlio Vargas permanecerá no poder até 1945 (29 de Outubro) quando foi deposto.

título com as palavras retrato, ou raízes, ou formação. Isto é, o Brasil se perguntava como era o seu retrato, a sua imagem, perguntava-se de onde vinha, quais eram as suas raízes e como se tinha formado. Referimos estes títulos, e em especial os de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, porque é importante reter a imagem da cidade brasileira que ambos passam. Enquanto Freyre reforça o quadro da sociabilidade mestiça e insiste num padrão agrário para a cultura brasileira (com a base nos engenhos de cana de açúcar do Nordeste), Buarque de Holanda reforça o sentido da aventura do desbravamento e o papel dos bandeirantes paulistas.

Ambos, de certo modo, negam o papel das cidades durante o período colonial. Freyre porque para ele tudo se passa entre a casa grande e a senzala, e Buarque de Holanda é o autor de um famoso parágrafo que afirmava que, ao contrário dos espanhóis, identificados com os ladrilhadores, que fundaram no novo mundo núcleos urbanos regulares e planeados, os portugueses, os semeadores, não construíram verdadeiras cidades no Brasil, apenas instalaram-se desleixadamente sobre as belas paisagens tropicais, deixando-se subir e descer preguiçosamente pelas suas ladeiras<sup>3</sup>.

A interpretação de Sérgio Buarque de Holanda foi responsável pela mistificação, neo-romântica talvez, das telúricas cidades brasileiras que supostamente repetiam sempre os padrões urbanos da “Lisboa medieval”, quer em Salvador, quer no Rio, ou em Ouro Preto. Por outro lado, a exaltação do Brasil rural de Gilberto Freyre também remetia os núcleos urbanos para um papel secundário, na dinâmica social e económica da colónia. Do ponto de vista da história do urbanismo colonial, esta visão foi responsável por uma espécie de congelamento dos estudos específicos sobre a formação e evolução formal das cidades, uma vez que não parecia necessário estudar o que supostamente tinha sido resultado de mero acaso, obra quase que integrada na própria natureza, e que para além disso funcionava como puro cenário, uma vez que o centro social estava no campo. Não é portanto à toa que, nessa mesma conjuntura, tenha surgido na historiografia o conceito das “vilas de domingo”, ou seja, a vivência era rural, as cidades

---

3 “A Cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha de paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que escritor Audrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena (...)””. Este famoso parágrafo de Sérgio Buarque de Holanda está no capítulo intitulado “O Semeador e o Ladrilhador” incluído no seu livro *Raízes do Brasil* (1ª edição, 1936).



eram apenas uma espécie de palco onde as pessoas se reuniam para a missa<sup>4</sup>. A par disso, reforçava-se a ideia das povoações “não desenhadas”, não pensadas como cidades, mas como “arraiais”, ou como aglomerados espontâneos à volta das igrejas (daí, em parte a referência medievalizante e a assunção directa da arquitectura religiosa como o grande património do Brasil colonial).

Não há dúvida de que os autores destas análises estavam bem intencionados, embora eventualmente equivocados. Não cabe aqui discutir os parâmetros que estão na base destas interpretações, embora se deva salvar a enorme importância que elas tiveram. No fundo, o que estava em causa era reafirmar a importância da construção social do Brasil, colocando a ênfase na relação com a natureza e nas sínteses mestiças. Cabe ver neste sentido o elogio de Aleijadinho e sobretudo ver também a reivindicação para os “brasileiros” (em especial os bandeirantes que encarnavam a junção do branco e do índio) o mérito da construção efectiva do Brasil do interior; insistindo que a acção da metrópole se tinha concentrado demasiado na costa. Sérgio Buarque de Holanda cita a propósito disso uma outra frase que também ficou famosa, de Frei Vicente do Salvador, autor de uma história do Brasil escrita no século XVII, em que este dizia que os portugueses tinham ficado muito tempo como “caranguejos arranhando a costa”.

E por aí se pode tentar explicar o aparente paradoxo desta mesma geração ter sido capaz de reivindicar a identidade e a visibilidade da matriz urbana do interior do Brasil, negando a da costa que é sua base. Ou melhor; se pode tentar entender como esta geração de intelectuais, filhos dos grandes centros urbanos do Brasil, na sua maioria cidades da costa (que para este efeito São Paulo também o é) pôde não ver as suas próprias origens urbanas. Porque de certo modo, afirmar o papel destas que foram “cidades del rei”<sup>5</sup> implicaria ter de necessariamente reavaliar o peso que a dinâmica urbana deteve no processo de colonização e neste sentido rever os valores que se projectavam para a cultura urbana do colonizador. Mas ainda não era chegado o tempo.

Assim que o processo começou por ocultar uma parte enquanto desvendava outra, o que tem também consequências importantes do ponto de

---

4 Cf. DEFFONTAINES, Pierre – *The Origin and growth of the brazilian network of towns*, in “Geographical Review”, XXVIII, Jul. 1938 (*Como se constituiu no Brasil a rede de cidades* in “Boletim Geográfico”, 14, Rio de Janeiro, IBGE, 1944)

5 Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart – *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo : Pioneira/Edusp, 1968.

vista da preservação, como veremos. Mas isso não impediu de, inexoravelmente, caminhar-se para uma redescoberta da herança urbana do Brasil que passou por várias fases.

A primeira fase foi a desta busca identitária que fez conviver, no entendimento das cidades do período colonial, uma visão que era ao mesmo tempo genésica, pois as reconhecia como as bases da cultura brasileira, e exótica, na medida em que se procurava nestas bases uma originalidade, uma especificidade. Nesta fase, a escolha de salvaguarda, os primeiros reconhecimentos, recaem em exemplos passíveis desta leitura poética. Entre os primeiros “tombamentos” efectuados pelo IPHAN encontram-se os casos de São Miguel das Missões (1937), Ouro Preto (1938) e Salvador (1959), de que se pode tirar algumas ilações.

As primeiras intervenções em São Miguel das Missões fizeram-se entre 1925 e 1927 pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1937 declarou-se o tombamento, “*constituindo-se na altura um símbolo de agregação territorial união nacional e identidade do povo gaúcho*”<sup>6</sup>. Lúcio Costa foi o responsável pelo relatório de tombamento e propôs a realização de um museu das missões, no qual interveio com o projecto<sup>7</sup>.

É interessante ver esta identificação primacial com S. Miguel das Missões. Em parte, os valores patrimoniais desta antiga missão jesuítica estão garantidos pela sua monumentalidade, que mesmo em ruínas é evidente. Para além disso há, naturalmente, todo o complexo significado do que as missões em si representaram no contexto da colonização da América do Sul. Não cabe entrar na controversa disputa entre os que vêem as missões como o lugar da realização da utopia, e os que as vêem como centros de aculturação forçada e violenta. Mas há que ter em conta que para a historiografia brasileira, os sete povos das missões eram sobretudo lidos como vitórias da política territorial brasileira, que tinha garantido para o Brasil, já no século XIX, aquela área, que fora objecto de disputas entre espanhóis e portugueses na conjuntura das demarcações de limites no século XVIII, e cuja colonização inicial foi obra dos jesuítas espanhóis. Assim São Miguel foi o primeiro conjunto urbano do passado colonial a ser reivindicado pelo Brasil, não sendo obra directa da colonização “brasileira”.

---

6 Cf. TIRAPELI, Percival, *Patrimónios da Humanidade no Brasil*. São Paulo : Metalivros, 2000.

7 Cf. PESSÔA, José (org.) – *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro : IPHAN, 1999.

Do ponto de vista urbanístico, Ramón Gutierrez aponta que o desenho das missões constituiu efectivamente um modelo alternativo inclusive ao dito modelo espanhol das leis das Índias<sup>8</sup>. Um dos aspectos deste carácter alternativo é dado precisamente pela razoável autonomia que os jesuítas conseguiram e que lhes permitia gerir o território das missões em separado do resto da colónia. Embora ainda se discuta a utilização, ou não, de um modelo formal padronizado por parte da Companhia de Jesus para o conjunto das suas missões, R. Gutierrez aponta para um processo pragmático (em que terão contado as próprias experiências iniciais dos jesuítas) que terá redundado na apuração de uma tipologia que, na maior parte dos casos, adoptou a forma rectangular, com a igreja numa espécie de fachada-écran ao fundo e com as habitações dos índios voltadas para ali, em ruas paralelas. O espaço da praça, que se conjugava com a igreja num todo sacralizado, é o elemento de impacto preponderante no plano e para onde tudo converge, quer em termos simbólicos, quer visuais e concretos. Não é necessário reafirmar o quanto pesavam na vivência destes espaços os valores da mundividência barroca reforçados pela acção dos missionários, com as encenações teatrais, festas e procissões.

Em 1983, quando S. Miguel das Missões foi aprovado pela UNESCO como Património da Humanidade, foi-o juntamente com as ruínas de Machu Pichu, no Peru e a cidade de Babilónia, no Iraque, o que revela também uma interessante conjuntura internacional. Note-se que se aponta, num mesmo momento, para a valorização de dois aspectos contrastantes do passado indígena da América do Sul, salvaguardando, por um lado, a aldeia incaica que tinha permanecido isolada do mundo e por isso foi preservada, e por outro, um dos vestígios materiais mais eloquentes do projecto de conversão dos povos indígenas, levado a cabo pelos jesuítas.

Os dois exemplos que a seguir se citam, Ouro Preto e Salvador podem ser lidos de modo dialéctico. O “tombamento” de Ouro Preto foi quase unanimemente entendido como inevitável e incontestável. Como vimos, desde os modernistas que Ouro Preto encarnava o paradigma da vila colonial. As preocupações com a preservação começaram logo a seguir à famosa viagem de Mário de Andrade e os seus confrades, em 1924. Em 1931, o prefeito da cidade proibia construções que alterassem o aspecto “colonial” do conjunto. Em 1933,

---

8 Cf. GUTIERREZ Ramon, *Planificación Alternativa en la Colonia. Tipologías Urbanas de las misiones jesuíticas*, in “Urbanismo e História Urbana en le Mundo Hispanico”. Madrid : Universidade Complutense, 1985.

a cidade foi decretada monumento nacional e, em 1938, era inscrita no livro do tombo do recém criado IPHAN. A unanimidade à volta de Ouro Preto estava garantida pela unidade que o conjunto urbano preservava. Com efeito, com a transferência da capital do estado para Belo Horizonte, fundada para tal em 1897, a antiga Vila Rica ficou de certo modo isolada e congelado o seu crescimento. Mas se a unidade do conjunto é evidente já não o será a identificação puramente “colonial”, uma vez que boa parte do conjunto arquitectónico da vila será datável do século XIX. Mas esta afirmação é puramente provocatória, posto que o seu desenho urbano data naturalmente da sua fundação, no século XVIII.

O caso de Salvador é especialmente interessante. A questão do centro histórico de Salvador foi tornada urgente depois da destruição, em 1933, da antiga Sé Primacial do Brasil, que foi demolida para a construção de um retorno da linha de eléctricos. A intelectualidade brasileira revoltou-se com este acto gratuito e esse movimento foi, em boa parte, um dos motores para a própria criação do IPHAN, em 1937, e, no ano seguinte, decretou-se o tombamento de alguns monumentos isolados em Salvador. Mas será só em 1959 que se vai fazer o tombamento parcial do centro histórico, precisamente no mesmo ano em que surge o curso de Arquitectura da Universidade da Bahia, naturalmente de cunho modernista.

Aqui é inevitável confrontar o terrível paradoxo de que precisamente quando se começou a valorizar mais também se começou a perder mais. O que remete para o outro paradoxo. O paradoxo da modernidade. Se a geração inicial queria conjugar o moderno com o antigo, a verdade é que o discurso do moderno em vários casos foi profundamente agressivo com o antigo. E mais ainda, o facto de se ter caucionado com o selo de “autenticidade brasileira” os núcleos menores ou do interior, deixava à descoberto os grandes centros urbanos onde a pressão da especulação imobiliária era consideravelmente maior. Assim, há como que um duplo efeito perverso. Por um lado, o paradigma da “vila colonial” corre o risco de congelar numa visão estereotipada (neste mesmo âmbito entra o terrível problema da arquitectura “neo-colonial”<sup>9</sup>), por outro, a dinâmica urbana contemporânea empurra os “centros históricos” das grandes capitais do Brasil para um processo brutal e acelerado de descaracterização. Para

---

9 Veja-se sobre este aspecto a reflexão feita pelo próprio Lúcio Costa. Cf. CONDURU, Roberto – *Diamantina: pedra de toque da arquitectura no Brasil*, in “V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte”, Faro, Universidade do Algarve, 2002.

o qual estavam em vários aspectos sem defesa, inclusive sem a defesa de um discurso que os valorizasse pelos seus atributos próprios.

Podemos neste sentido voltar ao próprio caso do centro histórico de Salvador que, na circunstância em que foi parcialmente classificado em termos nacionais, a cidade era genericamente lida, numa visão também estereotipada e equivocada, como uma cidade de traçado urbano “irregular e medievalizante”. No entanto, quando se reivindicou, nos anos 80, a classificação como Património da Humanidade, a candidatura não só ampliava a área a ser preservada, como reconhecia Salvador como um dos mais eloquentes exemplos do planeamento urbano assumido pela coroa no século XVI.

Retornando ao processo como um todo, observa-se que, ao mesmo tempo, que se foi caminhando para uma consciência cada vez mais apurada da defesa do património do Brasil, e progressivamente foi-se procurando reconhecer mais valores e incluir cada vez mais exemplos no que era necessário preservar (tanto em termos de monumentos como de sítios urbanos), foi exactamente o tempo em que também a pressão económica era cada vez mais forte, sobretudo nos centros maiores.

Assim que, quando a partir dos anos 80, se tem a caução da UNESCO e se vão reconhecer as cidades brasileiras como Património da Humanidade, as escolhas foram, por maioria de razão, para aquelas que já tinham sido reconhecidas internamente, não só porque se podia de facto defender os seus casos com mais argumentos, como porque eram estas que tinham sido minimamente salvaguardadas na prática, das destruições mais acentuadas.

No parecer elaborado por Michel Parent, em 1966/1967, para a classificação de Olinda pode ler-se que *“Olinda é uma das jóias do Brasil onde se compõe admiravelmente a paisagem marinha e a cidade artística rica em aproximadamente vinte igrejas barrocas e de um grande número de casas antigas vivamente coloridas. É isso que impressiona em Olinda, é que, por coincidência de felizes circunstâncias, mas sem duvida provisória se não se intervir imediatamente, o sítio ainda esta intacto (...) Em Olinda a arquitectura fulgura entre os esplendores da natureza tropical. O oceano aparece ao fundo deste quadro por detrás dos campanários e palmeiras. Entre as ruelas, a vegetação luxuriante invade a colina. Esta aspecto distendido da trama urbana deve ser absolutamente preservado. Olinda não é uma cidade, é um jardim transbordante de obras de arte, e que não cessa de polarizar e de perseguir a imaginação dos artistas”*<sup>10</sup>. É evidente neste texto a celebração do inevitável exotismo da conjugação da arquitectura europeia com os trópicos. Mas

é também interessante ver-se a questão importante, e bem vista por Parent, da preservação de um ambiente mais próximo dos dados iniciais da colonização pela manutenção dos quintais, coisa que a Europa já tinha perdido de todo.

O centro histórico de Olinda foi tombado pelo IPHAN em 1968 e a cidade foi decretada Monumento Nacional pelo congresso brasileiro em 1980, no mesmo ano em que Ouro Preto foi reconhecida Património da Humanidade. A candidatura de Olinda foi feita na mesma conjuntura e esta veio a ser incluída na lista da UNESCO logo em 1982. Depois seguiram-se os casos já referidos de São Miguel (1983), Salvador (1985) e Brasília (1987) e depois São Luís, Diamantina e Goiás.

O que é importante para nós, e a despeito dos exotismos implícitos, é que este reconhecimento internacional veio de certo modo impulsionar e credibilizar um outro movimento paralelo, que vinha entretanto acontecendo, que era a progressiva superação da mistificação e da ideia de que não tinha havido “urbanismo” a sério no Brasil colónia. Ou seja, as próprias cidades demonstravam a evidência da sua coerência e obrigavam ao verdadeiro reconhecimento das suas características, desmistificando as ideias generalistas e romantizadas, levando a que se retomassem os elos com o passado urbano português. Neste sentido, o reconhecimento das cidades brasileiras como património mundial é tão importante para o Brasil, quanto é para Portugal. Aliás Ouro Preto, em 1980 e Olinda, em 1982, entraram na lista ainda antes dos vários monumentos portugueses classificados em 1983.

Mas o processo de “descobrimento” da história do urbanismo português está em curso, e muito longe de estar acabado, há ainda muito o que estudar. Neste sentido, o conjunto das cidades brasileiras classificadas é uma amostragem representativa de vários tipos de fundação urbana da história do Brasil: desde as vilas dos capitães-donatários, como é o caso de Olinda, ou os arraiais de mineração, como são Ouro Preto, Diamantina e Goiás ou as fundações da coroa, como são os exemplos de Salvador e São Luiz e onde, numa linha meta-histórica também se poderia incluir Brasília, como outra cidade do poder. A partir deste e de outros exemplos se podem, e devem, rever os vários aspectos que as unem e reencontrar o fio condutor que, naturalmente, virá juntar-se às cidades portuguesas.

---

10 (dossiê IPHAN/UNESCO, arquivo Noronha Santos) citado in TIRAPELI, Percival, *Patrimónios da Humanidade no Brasil*. São Paulo : Metalivros, 2000.